

## O jornalista Karl Marx e o II Império nas páginas do *New York Daily Tribune* Paulo Barsotti\*

### Resumo

Este artigo apresenta as principais análises de Karl Marx como correspondente internacional do periódico norte-americano *New York Daily Tribune* sobre o exercício do poder bonapartista de 1856 a 1862.

O convite para Marx ser correspondente internacional do jornal *New York Daily Tribune* - NYDT foi feito em agosto de 1851, pelo editor administrativo Charles Anderson Dana (1819-1897), um defensor do fourierismo e, de certa maneira, do socialismo, que Marx conhecera em Colônia, quando editava a *Nova Gazeta Renana*, no furacão da “Primavera dos povos”. Se em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* Marx analisa as condições da emergência do *coup de tête*<sup>1</sup> protagonizado pelo futuro Imperador Napoleão III, será nos artigos que escreve para o NYDT que enfrentará o exercício da prática política bonapartista.

Fundado em 1841 por Horace Greeley, o NYDT apresentava uma linha política que mesclava a defesa de idéias progressistas, abria espaço para o fourierismo norte-americano, defendia a libertação dos escravos e se opunha à pena de morte. Era o jornal mais lido nos Estados Unidos da América do Norte, com uma tiragem de cerca de 200 mil exemplares. Além do sucesso no público norte-americano, o periódico gozava de imenso prestígio junto à massa de trabalhadores europeus que, pela repressão desencadeada após a derrota de 1848-49, não tiveram outra alternativa a não ser emigrar do velho continente. Para se ter uma dimensão desse fluxo migratório, no período de 1852 a 1854, cerca de meio milhão de trabalhadores alemães se instalaram em Nova Iorque (Padover, 1985: 165). Tal situação reforçava o interesse pelos assuntos internacionais. Daí a relevância do periódico norte-americano contar com a presença de um correspondente europeu do naipe de Karl Marx.

Os primeiros artigos que Marx enviou para o NYDT foram, na verdade, escritos por Engels, a pedido do próprio Marx, que ainda não dominava o idioma inglês. Também por sugestão de Marx, Engels escreve inicialmente um conjunto de artigos sobre a Alemanha, que durante muito tempo foram republicados por iniciativa de Eleonor Marx, sob o título de *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, com Marx ainda aparecendo como seu autor. Junto com *As lutas de classes na França*, eles formam a

---

\* Doutor em História Econômica pela USP, Professor da Fundação Getúlio Vargas e do Centro Universitário Fundação Santo André, membro do NEILS.

<sup>1</sup> ataque inesperado.

parte mais significativa do balanço crítico e auto-crítico da maior experiência política direta de ambos, vivida nas revoluções de 1848.

A contribuição de Marx para o *NYDT*, iniciada em agosto de 1852, vai se encerrar em 1862, quando a guerra civil norte-americana passará a ocupar praticamente todo o jornal. Durante esses dez anos foi publicado sob a firma de Marx um total de 487 artigos, sendo 350 de sua autoria, 125 escritos por Engels (na maioria sobre as questões militares), de acordo com a divisão de trabalho que estabeleceram e, finalmente, 12 artigos em co-autoria (McLellan, 1990: 307). Essa atividade jornalística, apesar de financeiramente decisiva para Marx, não o impediu de manifestar contrariedade, como ilustra a carta a Cluss, de 15 de setembro de 1853:

Aborreço-me rabiscar papel sem parar para os jornais, me toma muito tempo, dispersa meus esforços e, a bem da verdade, não vale. Independência, vá lá, mas se está preso à folha de papel e ao público, principalmente quando se é pago a varejo, como é o meu caso. Os trabalhos puramente científicos são de fato outra coisa (*Apud* Rubel, 1991: 52).

### **A contra-revolução burguesa e o jornalismo revolucionário**

A despeito desse comentário, a colaboração de Marx no *NYDT* converteu-se na verdade numa trincheira privilegiada onde, durante uma década, ele pôde se posicionar como historiador e crítico, na perspectiva da classe operária, frente a todos os acontecimentos mundiais marcados pela marcha da contra-revolução burguesa: as guerras européias, os processos de unificação italiana e alemã, as crises econômicas, as relações internacionais entre as grandes potências, o desenvolvimento do colonialismo, a situação da classe operária etc. Contra os apologetas do capital – que apresentavam o período iniciado após as revoluções de 1848-49 como unicamente de prosperidade, bem-estar e desenvolvimento econômico – Marx refutava esse caráter mistificador da realidade, nas páginas do *NYDT*:

(...) nunca houve um único período de prosperidade em que eles não tenham aproveitado a ocasião para provar que desta vez a medalha não tem reverso, que desta vez o destino implacável fora vencido (*Apud* Fedosseiev, 1983: 322).

Marx também não perdia a oportunidade para desmascarar o segredo da Economia Política ao insistir no caráter definitivo e eterno do capitalismo, que:

(...) consiste simplesmente em transformar relações sociais transitórias, pertencentes a uma determinada época e correspondendo a um certo estágio da produção material em leis eternas, gerais, não variáveis, leis naturais como eles chamam (Marx e Engels, 1980: 247).

Marx procura chamar a atenção para as afirmações dos ideólogos burgueses de que o capitalismo havia trazido à classe trabalhadora tranqüilidade e bem-estar, apresentando o custo da prosperidade capitalista: a migração forçada dos trabalhadores europeus para todas as partes da América e o crescimento alarmante da fome, inclusive no próprio país demiurgo do

sistema capitalista, a Inglaterra. Quando tratou da colonização britânica na Índia, apontou o caráter contraditório desse processo ao mesmo tempo destrutivo e regenerador. Como “instrumento inconsciente da história”, a colonização – ao destruir as bases econômicas locais – teria aberto condições involuntárias para a revolução social, “à maneira das revoluções geológicas, que produziram a crosta terrestre”. Assim, no futuro:

(...) depois que uma grande revolução social houver dominado os resultados da época burguesa, o mercado mundial e as forças produtivas modernas, e as houver submetido à dominação comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano cessará de se assemelhar ao horrível ídolo pagão que só bebia néctar no crânio de suas vítimas (Apud Rubel, 1991: 52).

Para contornar os limites do trabalho jornalístico, Marx adotava o seguinte procedimento: quando suas posições coincidiam com a linha editorial do *NYDT* carregava nas tintas da crítica e, quando não, limitava-se ao relato dos fatos. As relações com o editor Charles Dana, por vezes, tornavam-se tensas pelo fato deste, com frequência, fazer alterações nos artigos de Marx – sem consultá-lo – quando não havia coincidência nas posições. Em outras vezes tomava parágrafos inteiros, sem a devida autorização de Marx, para incorporá-los aos editoriais que escrevia. Daí a tensão entre ambos.

Nesse trabalho jornalístico, Marx tinha a oportunidade de apresentar dados históricos e estatísticos de suas pesquisas no Museu Britânico e certos artigos, como aqueles sobre a Índia, foram reproduzidos em *O capital*. A aposta permanente de Marx numa nova crise econômica – que abriria um ciclo revolucionário durante esse período – era visível em seus artigos. Parte destes era também publicada em suplementos especiais do próprio *NYDT* e em outros jornais democráticos e operários europeus como a *Neue Oder-Zeitung*, *People's Paper*, *Free Press*, *Das Volk*, *Die Reform*, *Allgemeine Ausburg Zeitung*, *Die Presse*.

### **O imperialismo bonapartista**

Os artigos de Marx no *NYDT* destinados ao exame crítico do II Império, que se intensificam a partir de 1856, não cansam de denunciar esse regime – num “infatigável requisitório” – como o símbolo da decadência e mediocridade burguesa nos tempos de sua contra-revolução (Rubel, 1960: 151). A França bonapartista, ao lado da Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia formam o bloco da reação e serão os principais adversários da “sexta potência”, a revolução do proletariado. Nesses artigos são aprofundadas as análises realizadas em *O 18 Brumário*, e algumas vezes reproduzidos seus trechos e idéias, já que essa obra ficou praticamente inédita na Europa, devido à apreensão, assim que chegaram ao continente, dos poucos exemplares que foram enviados da América do Norte por Weydemeyer.

O exame dos atos do bonapartismo no exercício do poder traduziam a crescente linha contra-revolucionária da burguesia que passava a encarnar

formas políticas antiparlamentares, como a Inglaterra de Lord Palmerston e de governos claramente ditatoriais – o “sabre desembainhado” – de flagrante violência policial e despotismo militar, em especial, contra a classe operária. Ao lado do caráter repressivo, Marx não deixa de acentuar a degradação moral e especulativa desses regimes burgueses e, com a crise econômica tão esperada que acaba ocorrendo em 1857, depositava suas esperanças de um novo surto revolucionário. Comparando essa situação com 1848, escreve Marx:

Todo o período de 1848 aparece à nossa época como um prazo dado pela história à velha sociedade européia, em vista da última explosão de todos esses elementos acumulados. Na política, a veneração da espada, na maior corrupção geral, é o retorno hipócrita às superstições desacreditadas; na economia política, o apetite de enriquecer sem o esforço de produzir; tais são as tendências que a sociedade manifestou durante a orgia contra-revolucionária de 1849 a 1851 (Idem: 38).

A guerra da Criméia (1854-1856) oferece a oportunidade para Marx desmascarar a política externa de Napoleão III, marcada pela farsa de “O Império é paz”. Na verdade, desde quando o então presidente da República mandara bombardear a nascente República romana aparecendo como “salvador da Igreja” e reforçando sua aliança com o Papa – estava claro o papel de guardião da ordem européia que ele desempenharia como Imperador. A rivalidade entre as potências européias que existia antes de 1848, passada a onda revolucionária, voltaria a se manifestar na primavera de 1853. A Rússia considerava o momento apropriado para anexar uma parte do Império turco-otomano como recompensa pelo seu desempenho na restauração da “ordem”. O Czar Nicolau I tinha a expectativa de que a Inglaterra não rompesse as relações de amizade e reciprocidade e que a França, naquele momento, não possuísse condições de se opor às suas pretensões sobre Dardanelos e Bósforo, o que implicava o domínio das rotas do Oriente Próximo. Esse era o verdadeiro ponto da chamada “questão oriental”, ponto de discórdia entre as potências européias desde o século XVIII. Ele ficava dissimulado pela disputa da posse dos “lugares santos”, Jerusalém e Belém, pleiteada por Napoleão III em nome da Igreja Católica e também pelo Czar em nome da Igreja Ortodoxa. Diante da invasão russa do território turco, Inglaterra e França, a contragosto, intervêm no conflito enviando uma esquadra comum a Dardanelos. Em seguida, Cavour, primeiro-ministro do reino da Sardenha-Piemonte, incorpora-se em apoio à Turquia, perseguindo a recompensa do apoio da França e da Inglaterra à unificação da Itália, sob a égide do monarca Vítor Manuel II. A Prússia e a Áustria mantêm-se neutras diante do conflito.

A posição de Marx e de Engels, explicitada nos artigos do *NYDT*, tanto nesse conflito como nos que se sucederam, fixava-se no exame dos acontecimentos, naquilo que poderiam contribuir para o desencadeamento da nova revolução social. Procuravam demonstrar a falsidade do argumento central utilizado por Napoleão III e pelo ministro inglês Lord Palmerston –

que o conflito oriental era a luta da civilização e do progresso contra o atraso e a barbárie asiática – já que não desconheciam que a Turquia era muito mais “bárbara” do que a Rússia. A guerra termina com a vitória da Turquia e de seus aliados sem que houvesse qualquer invasão do território russo. A paz é assinada em 1856, em Paris.

A guerra da Criméia representou para Napoleão III sua grande estréia nos empreendimentos bélicos continentais. Antes (em 1852) ele havia iniciado a ocupação do Senegal (concluída em 1857), a fim de reavivar sua vinculação com o tio para contornar problemas e reforçar seu prestígio interno, saciando o chauvinismo francês. Em *Os resultados da guerra*, Marx escreve:

Ele que trazia um nome cujo sentido era tirania e carnificina, ele que, pelo eco de uma glória passada, tinha abarcado a imaginação das massas francesas – sabia muito bem que para preservar seu prestígio, o batismo de sangue e a consagração de sucessos militares eram absolutamente necessários. Para ele, desde o início, era indispensável levar uma guerra contra qualquer uma das duas potências que haviam provocado a queda do seu tio. A Berésina e Waterloo tinham que ser vingadas, e as glórias igualadas. Luis Napoleão era suficientemente esperto para compreender que a guerra deve sempre ser mais ou menos popular para uma nação cujos instintos são essencialmente militares, uma nação para a qual – gaulesa ou francesa – o combate foi durante longos séculos a condição normal (Apud Rubel, 1970: 32).

Com o Tratado de Paris, ficava sepultada definitivamente a era diplomática da Santa Aliança que, para Marx, significava a “velha ordem de opressão das nações européias e do afogamento de todas as aspirações de liberdade e independência dos povos” (Apud Rubel, 1960: 33). O resultado da guerra, para a França bonapartista, significou sua supremacia militar no continente, porém, com a derrota da frota russa, favoreceu o acesso da Inglaterra à Ásia. Marx estima que a França bonapartista irá, em seguida, aproximar-se diplomaticamente da autocracia czarista russa que, inferiorizada militarmente diante dos países capitalistas, será obrigada a fazer uma série de concessões aos camponeses, que culminará na abolição da servidão. O próximo alvo do imperialismo de Napoleão III seria a Itália.

### **O momento pretoriano do bonapartismo**

Antes, porém, o bonapartismo sofre uma decisiva inflexão, fazendo explodir sua verdadeira essência. Em 14 de janeiro de 1858, o Imperador e a Imperatriz sofrem um atentado à bomba, comandado pelo republicano italiano Orsini, que deixa um saldo de oito mortos e 148 feridos. Esse episódio, aliado ao crescimento republicano nas eleições de 1857, que elege – entre outros – Carnot, Cavaignac e Gaudchaux (todos ex-ministros que se recusavam a prestar o juramento de fidelidade ao Imperador), acaba determinando medidas que reforçam o caráter despótico e militar do regime com a Lei de Segurança Geral, de 19 de fevereiro, que conferia à polícia o

direito de prisão e de deportação de todo e qualquer suspeito, em especial os que tinham sido condenados em 1851 (Lesourd, 1981: 108).

Para Marx, essa era uma oportunidade de expor a essência do bonapartismo. Num de seus artigos desse período, examina duas situações: por um lado, a ascensão do bonapartismo e, por outro, sua atualidade, agravada pela situação de crise econômica iniciada em 1857:

O segredo da ascensão de Bonaparte deve ser procurado, de um lado, na prostração comum dos partidos antagônicos e, de outro, na coincidência do golpe de Estado com a prosperidade do comércio mundial. Eis porque a crise comercial necessariamente solapou a base material do Império que jamais beneficiou qualquer moral, a não ser a desmoralização momentânea das classes e de todos os partidos. As classes trabalhadoras reafirmam sua hostilidade ao atual governo no mesmo momento em que perdem o seu trabalho. Uma grande parte das classes médias da indústria e do comércio se encontra acuada pela crise na mesma situação que levou Napoleão a precipitar seu golpe de Estado; é bem conhecido que, naquele momento, o medo da prisão por dívidas de Clichy pôs fim a suas hesitações. O mesmo motivo precipitou os burgueses parisienses às barricadas em 1848, e fez com que, nesse momento, uma convulsão social fosse como uma dádiva de Deus (Marx, 1980a: p.189).

Em nome da “segurança nacional”, o Imperador divide a França em cinco regiões comandadas, cada uma, por um Marechal e substitui vários prefeitos por militares, na verdade medidas para a “segurança particular” de Napoleão III, o que leva Marx a chamar o governo imperial de “regime pretoriano”. No artigo *A dominação pretoriana*, Marx, negando que os militares se constituam numa classe, procura estabelecer a relação entre o exército e as classes dominantes e diferenciar o “regime pretoriano” dos regimes franceses anteriores:

Um grande historiador moderno nos tem dito que, por mais que se disfarce o fato, a França, desde os dias da Grande Revolução, tem sido sempre deposta pelo exército. Diferentes classes têm certamente dominado sob o Império, a Restauração, Luis Felipe e a República de 1848. Sob a primeira, o campesinato, fruto da revolução de 1789, predominou; sob a segunda, os grandes proprietários de terra; sob a terceira, a bourgeoisie; e, a última, não na intenção de seus fundadores, mas de fato, experimentaram uma tentativa abortada de dividir a dominação em partes iguais entre os homens da monarquia legítima e os homens da monarquia de julho. Contudo, todos estes regimes dependeram do exército. Até mesmo a Constituição da República de 1848, não foi elaborada e proclamada sob um estado de sítio – isto é, o domínio do sabre? Não foi aquela república personificada pelo General Cavaignac? Não foi salva pelo exército em junho de 1848, e novamente salva em junho de 1849, para ser finalmente deposta pelo mesmo exército em dezembro de 1851? Então, o que se constitui em novidade no regime agora abertamente inaugurado por Luis Bonaparte? Que ele domina por meio do exército? Assim o fizeram todos os seus predecessores desde os dias do Thermidor. No entanto, se em todas as épocas passadas a classe dominante, cuja ascensão correspondeu a um

desenvolvimento específico da sociedade francesa, estabeleceu sua última ratio contra seus adversários com o exército, contudo, foi um interesse social específico que predominou. Sob o Segundo Império o interesse do próprio exército é que predomina. O exército não mais mantém o domínio de uma parte da nação sobre outra parte (povo). O exército mantém seu próprio domínio, personificado por sua própria dinastia, sobre o povo francês em geral. Ele representa o Estado em antagonismo com a sociedade (Marx, 1980b: 464).

Nessa última afirmação Marx, como assinala Rubel, recoloca o que dissera em *O 18 Brumário* sobre a necessidade da paródia do Império, para liberar a massa da nação francesa do peso da tradição e colocar com toda sua pureza o antagonismo entre o Estado e a sociedade (Rubel, 1960: 50). Na verdade, esse momento pretoriano do bonapartismo representa a alternativa à política de manobras entre as classes – de jogar uma classe contra a outra – ora apoiando-se em uma e ora em outra. Em seguida, opera-se o inverso. Isso mantém o equilíbrio estatal, eficaz em tempos de prosperidade. Porém, quando a crise econômica se agudiza, o Estado bonapartista passa a ter contra si todas as classes. Dessa forma, há o golpe dentro do golpe, intensifica-se o peso do exército para a repressão de toda a sociedade. Para Marx, esse momento pretoriano do bonapartismo é parte integrante de um regime que se coloca em oposição a todas as classes e partidos políticos, porém, representa também um perigo para o próprio Imperador. Se o regime pretoriano conteve a golpes de sabre o descontentamento social, pelo menos momentaneamente, não teve o mesmo sucesso em relação à crise econômica de 1857-1858.

### **O “socialismo imperial”**

A política econômica de Napoleão III – que tinha a pretensão de dirigir toda a França e ser o promotor e o patrão de uma nova harmonia e prosperidade social – tinha como principal alicerce sua política financeira tipificada pelo *Crédit Mobilier*. Fundado em 1852, pelos saint-simonianos irmãos Péreire (Émile e Isaac), apadrinhados pelo Imperador, o *Crédit Mobilier* era considerado por Marx “como um dos maiores fenômenos econômicos de nossa época” e visto como “um dos termômetros econômicos”, das chances do Império e da agitação na Europa. Essa foi a razão que o levou a escrever alguns artigos onde revela seu mecanismo de concentração de capital sob a proteção do Estado bonapartista. Na verdade, essa criação dos irmãos Péreire era um banco por ações, forma pioneira de sociedade anônima, destinada a financiar investimentos da indústria de obras públicas – indústria pesada e meios de comunicação – a partir da captação de recursos de pequenos investidores pelo lançamento de títulos de curto prazo na Bolsa. Essa operação inovadora no sistema bancário francês significava para Marx, “fazer a indústria de serviços públicos em geral dependente do favor do *Crédit Mobilier*, e portanto, do favor individual de Bonaparte, sob cuja respiração a existência da sociedade está suspensa”. Dessa forma, o

Imperador se converte no “supremo diretor de toda a imensa indústria francesa” e tem-se o que Marx chama de “socialismo imperial” (Marx, 1980c: 230).

Em outro artigo, vê no *Crédit Mobilier* a forma encontrada por Napoleão III para conciliar seu papel contraditório “de ladrão e benfeitor patriarcal de todas as classes”. Assim, repetindo quase que literalmente parágrafos da parte final de *O 18 Brumário*, e sem deixar de ironizar as pretensões de “democratização do crédito” saint-simonianas e proudhonianas, Marx escreve:

Deve ser lembrado que Bonaparte realizou seu coup d'état com base em dois pretextos diametralmente opostos: de um lado, proclamando que era sua missão salvar a bourgeoisie e a “ordem material” da anarquia vermelha a ser permitida em maio de 1852, e, de outro lado, salvar o povo trabalhador do despotismo da classe média concentrada na Assembléia Nacional. Além disso, havia a necessidade pessoal de pagar seus próprios débitos e aqueles da respeitável ralé da Sociedade Dix Décembre, e de se enriquecer e a eles, às custas conjuntamente da burguesia e dos trabalhadores. A missão do homem, deve ser admitido, foi cercada por dificuldades conflitantes, forçado como ele foi a aparecer simultaneamente como o ladrão e como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Ele não podia dar a uma classe sem tirar da outra, e ele não podia satisfazer seus próprios desejos e aqueles dos seus seguidores, sem roubar a ambos. No tempo da Fronda, o Duque de Guise era tido como o homem mais obsequioso da França, porque ele havia transformado todas as suas propriedades em compromissos controlados pelos seus partidários. Deste modo, Bonaparte propôs também tornar-se o homem mais obsequioso da França, convertendo toda a propriedade e toda a indústria da França numa obrigação favorável a Luis Bonaparte. Roubar a França para comprar a França – este era o problema que o homem tinha que resolver, e nessa transação de tomar da França o que tinha de ser devolvido à França, o lado não menos importante para ele era a porcentagem a ser escumada por ele mesmo e pela Sociedade Dez de Dezembro. Como podiam esses pretextos contraditórios ser reconciliados? Como podia ser resolvido este belo problema econômico? Como desembaraçar este ponto cheio de nós? Toda a diversa experiência passada de Bonaparte apontava para o grande recurso que o havia conduzido acima das situações econômicas mais difíceis: o crédito. E aconteceu estar na França a escola de St. Simon, que em seu início e em seu declínio iludiu-se com o sonho de que todo o antagonismo de classes deve desaparecer antes da criação da riqueza universal por algum plano moderno de crédito público. E o saint-simonismo nesta forma ainda não havia se apagado na época do coup d'état. Havia Michel Chevalier, o economista do Journal de Débats; havia Proudhon, que tentou disfarçar a pior porção da doutrina saint-simonista sob a aparência de originalidade excêntrica; e havia dois judeus portugueses, praticamente ligados à especulação na Bolsa e Rothschild, que havia sentado aos pés de Père Enfantin, e quem com a sua experiência prática teve a coragem de suspeitar da especulação oculta sob o socialismo. Esses homens – Émile e Isaac Péreire – são os fundadores do Crédit Mobilier, e os iniciadores do Socialismo Bonapartista (Marx, 1980d: 287).

A despeito de todas as “frases pretensiosas”, o objetivo e o futuro sombrio do *Crédit Mobilier* (na conclusão desse artigo parece bem claro para Marx), consistia em um “plano evidente de arrastar toda a indústria da França ao redemoinho da Bolsa de Paris, e de fazê-la a bola de tênis dos cavalheiros do *Crédit* e do benfeitor Bonaparte” (Idem: 298). As preocupações demonstradas por Marx quanto ao futuro *Crédit Mobilier*, desse mecanismo de combinação da indústria com sociedades anônimas – que transforma o risco na base do desenvolvimento industrial – também foram acompanhadas por setores do próprio Império quando se viram diante da “febre da especulação” que proporcionava esse “socialismo imperial”. Porém, ao lado da especulação na Bolsa e da farsa do crédito, Marx não deixa de observar a novidade dessa associação:

Agora, não pode ser negado que a aplicação de joint-stock companies à indústria, marca uma nova época na vida econômica das nações modernas. De um lado, isso revelou os poderes produtivos da associação, não suspeitados antes, e deu vida às criações industriais, uma escala inacessível pelos esforços dos capitalistas individuais; de outro lado, não pode ser esquecido, que nas joint-stock companies não são os indivíduos que estão associados, mas seus capitais. Através deste dispositivo, os proprietários foram convertidos em acionistas, isto é, especuladores. A concentração de capital tem sido acelerada, e, como seu corolário natural, a ruína da pequena classe média (Marx, 1980e: 301).

Ainda desse texto, Rubel considera que Marx traça e antecipa uma “teoria da sociedade dos *managers*” (Rubel, 1960: 35) na seguinte passagem:

Uma espécie de reis industriais têm sido criados, cujo poder encontra-se em taxa inversa à sua rentabilidade – eles sendo responsáveis apenas pelo valor de suas ações, enquanto dispõem de todo o capital da sociedade – formando um corpo mais ou menos permanente, enquanto a massa de acionistas está submetida a um constante processo de decomposição e renovação, e capacitada, pelo simples emprego conjunto da influência e riqueza da sociedade, a subornar seus membros rebeldes individuais. Abaixo deste Conselho de Diretores oligárquico, está colocado um corpo burocrático de gerentes práticos e agentes da sociedade, e abaixo deles, sem qualquer transição, uma massa enorme e que se expande diariamente, de meros trabalhadores assalariados – cuja dependência e desamparo aumentam com as dimensões do capital que os emprega, mas também, que se torna mais perigosa em proporção direta ao número decrescente de seus representantes. É mérito imoral de Fourier ter prognosticado esta forma da indústria moderna, sob o nome de Feudalismo Industrial (Marx, 1980e: 304).

De qualquer forma, o “socialismo imperial” representava a possibilidade de todos os franceses se tornarem proprietários instáveis, isto é, acionistas, e, com isso, garantia-se e se reforçava a ordem capitalista. Assim, Napoleão III cumpria sua missão de *gerdarne* da ordem às custas da ruína dos pequenos poupadores jogados aos lobos da Bolsa. Ao lado do *Crédit Mobilier*, outros bancos são criados (Escritório de Descontos em 1853, A Sociedade Geral em 1859 e o *Crédit Lyonnais* em 1863) que não só renovam o sistema bancário francês da velha aristocracia, como também impulsionam

pelo financiamento o desenvolvimento industrial francês, especialmente na área da metalurgia e da construção de ferrovias.

A crise econômica de 1857, como se esperava, coloca o *Crédit Mobilier* em enormes dificuldades só superadas pela intervenção de seu patrono, o Imperador. Novamente em 1866, o banco está em apuros e, em 1867, perde definitivamente o apoio do Imperador pressionado por um “grupo de banqueiros encabeçados por Rothschild” e também pela burguesia industrial temerosa diante da ameaça de ver “subordinar a indústria e a ‘saúde financeira’ à mania de crédito” (Maguire, 1984: 200). Não se pode deixar de considerar também o desenvolvimento das obras públicas, empreendimento articulado entre o Estado bonapartista e o capital privado, que proporcionou a modernização das cidades francesas em seus equipamentos públicos, com destaque especial para Paris que, sob o comando do Barão Haussmann, substituirá as velhas vielas, favoráveis às barricadas de 1848, por grandes e retas avenidas.

Ainda em termos de política econômica é importante referir-se ao Tratado de Livre Comércio entre a França e a Inglaterra, de 1860, assinado pelo Imperador em segredo, que representou para os setores da burguesia francesa que se desenvolvera sob o protecionismo – “um golpe de Estado econômico”, segundo Marx – e a jogou para a oposição (*Apud* Rubel, 1960: 64). Com a burguesia industrial descontente, apesar de o Tratado dar certas vantagens a produtos franceses, como o vinho, nesse intercâmbio, o Imperador volta a cercar-se das classes populares. Esse tratado rebaixava as tarifas alfandegárias dos produtos ingleses, especialmente, a importação do trigo, que permitia a Napoleão III manter o seu preço e o do pão, e, com isso, contornar as insatisfações dos camponeses, ou seja, “calar a boca da França agrícola” (Ibid.).

#### **A unificação da Itália e da Alemanha**

Mais uma vez, a solução para controlar as tensões internas era a guerra externa: na encenação da farsa da defesa do “princípio das nacionalidades”, reavivar a luta do progresso e o direito das nações à autodeterminação, com o Imperador no papel de “libertador das nações”, que a imprensa bonapartista tão bem sabia apresentar manipulando a opinião pública. O alvo era a libertação da Itália do domínio do Império austro-húngaro, e, nessa direção, o Imperador mantém negociações secretas com o ministro Conde Cavour (1810-1861), da Sardenha-Piemonte, o Estado italiano mais forte que pretendia polarizar a unificação italiana, opondo-se aos republicanos de Giuseppe Mazzini (1805-1872). Nessas negociações fica estabelecido que, pela ajuda francesa, o reino da Sardenha-Piemonte cederia à França os territórios de Sabóia e Nice. Na verdade, Napoleão não desejava a unificação italiana, e tampouco a alemã: não lhe interessava a existência de nenhum novo Estado unificado que viesse alterar a correlação de forças no continente. O que de fato pretendia não era um conflito de proporções continentais que pudesse ter conseqüências revolucionárias, como em 1848,

mas sim um conflito localizado que pudesse ser controlado e que enfraquecesse as posições austríacas, abrindo espaço para o aumento da influência russa, abalada com sua derrota na Guerra da Criméia.

A posição de Marx e de Engels frente aos processos de unificação, tanto a italiana como a alemã, era de que as forças populares e revolucionárias desses países deveriam levar o processo de forma autônoma e independente. No caso da Itália, não deveriam favorecer as manobras de Napoleão III e nem a Áustria. A posição e perspectiva a ser seguida era somente o interesse da revolução proletária. Assim, o processo levado a cabo por Napoleão III não era um processo revolucionário e sim contra-revolucionário, como desmascara Marx em seus artigos do *NYDT* de 1859, que sintetiza assim, no seu *Herr Vogt* de 1860:

Eu, por exemplo, demonstrei amplamente no *Tribune* (veja-se, por exemplo, fevereiro de 1859), que as condições do *bas empire*<sup>2</sup> tinham entrado num ponto crítico que apenas uma guerra exterior poderia prolongar o governo do golpe de estado na França, e, dessa forma, o da contra-revolução na Europa. Demonstrava que a libertação “bonapartista” da Itália era um pretexto para subjugar a França, submeter a Itália ao golpe de estado, alargar os “limites naturais da França” até a Alemanha, transformar a Áustria num instrumento da Rússia e obrigar os povos a uma guerra de contra-revolução legítima contra a ilegítima (Marx, 1976: 138).

A guerra contra a Áustria se inicia em abril de 1859 e os exércitos sardo-piemontês e francês obtêm seguidas vitórias em Montebello e Magenta (4 de junho), e em Solferino (24 de junho), forçando a retirada das tropas austríacas de toda a Lombardia. Essas vitórias provocaram movimentos insurrecionais em Parma, Módena e Toscana, que estavam sob o jugo austríaco. Antes que o conflito italiano se transformasse numa guerra revolucionária, Napoleão III se antecipa e propõe ao Imperador austríaco, Francisco José, um armistício separado da Sardenha, e assinam em 11 de julho a Paz de Villafranca (Potemkin, 1966: 523). Marx nas páginas do *NYDT* (*A paz e O Tratado de Villafranca*), comenta que a causa da paz assinada era a “tendência para uma guerra revolucionária”, o que desnudava o verdadeiro sentido da política externa de Napoleão, que pretendia ser um libertador das nacionalidades quando, na verdade, era um bastião da contra-revolução. O saldo positivo desse processo é que levará “tempo até que mesmo os mais sentimentais e entusiastas sejam de novo levados a ver em Luis Napoleão um defensor da liberdade”. A França recebe da Sardenha a compensação pretendida desde o início, Nice e Sabóia, e concede a Lombardia que recebera primeiro da Áustria como “presente francês à dinastia de Sabóia” (*Apud Fedosseiev*, 1983: 380). Também Napoleão III concede à Sardenha-Piemonte anexar os estados pontifícios, o que irá jogar o clero para a oposição.

---

<sup>2</sup> Baixo Império.

A Paz de Villafranca, apesar de vexatória para os italianos, teve uma conseqüência positiva: a de reacender o movimento de unificação de caráter revolucionário destacando-se o papel de Garibaldi. Napoleão III, com a guerra italiana, havia conseguido, pelo menos momentaneamente, contornar seus problemas internos. Isso, porém, não retirava suas pretensões imperiais, que iam então se dirigir para fora do continente, em busca da expansão colonial de seu Império. Mesmo com essas novas aventuras, o bonapartista não deixa de estimular as rivalidades entre Áustria e Prússia, que iniciam um conflito em 1865. Esse conflito termina com a derrota do Império austríaco em Sadowa, em 1866. Com isso, do outro lado do Reno, florescia o bonapartismo de Bismarck.

### **As últimas aventuras de Napoleão III**

A partir dos anos 60, o II Império, fortalecido militarmente, realiza intervenções sucessivas: na Síria turca (1860), desdobrando-se ao Egito na construção do canal de Suez; na Guerra Civil Mexicana (1861) e, finalmente, a invasão da Conchinchina (1861). Esses assuntos são deixados de lado por Marx, à exceção do México, preocupado que estava com a guerra civil norte-americana (1861-1865), que considerava “a mais alta forma de autogoverno popular jamais levada a cabo até esse momento, e a forma mais abjeta da escravidão humana jamais consignada nos anais da história” (*Apud* Rubel, 1991: 84). Assinalando que o governo norte-americano deve evitar a qualquer preço um conflito com a Inglaterra, que unicamente traria benefícios ao II Império, Marx assim entende a posição “cautelosa” de Napoleão III, diante da simpatia do povo francês frente aos acontecimentos, em 7 de novembro de 1861, dessa forma:

Luis Bonaparte, claro, é muito homem de negócios para dividir a cegueira dos provedores da opinião pública no que diz respeito à guerra da América. Sabe que o povo, o verdadeiro, na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Europa, considera como totalmente sua a causa dos Estados Unidos; é para ele a causa da liberdade, em detrimento de todas as boas razões bem pagas; eles consideram o chão dos Estados Unidos como uma terra de liberdade para milhões de sem-terra da Europa, como sua terra prometida, que é necessário defender no momento, armas na mão, contra as garras dos traficantes de escravos (...). Luis Napoleão sabe bem que todas as guerras que as nações inimigas fizeram na Europa depois de seu golpe de estado, foram apenas guerras irônicas, sem pé nem cabeça, gratuitas e perseguidas por meios fraudulentos. A guerra da Criméia e a guerra da Itália, sem falar das expedições de piratas contra a China, a Cochinchina etc., jamais despertaram simpatias no povo francês. Pois este povo, instintivamente, sentiu que estas duas guerras foram levadas com a única intenção de reforçar as cadeias forjadas pelo golpe de estado. A primeira grande guerra da história contemporânea é a guerra americana (*Apud* Rubel, 1960: 107).

A expedição imperial contra o México enquadrava-se nos planos de juventude de Napoleão III, denominado de “o grande desígnio do reinado” que envolvia a idéia de fundar um “Império Católico Latino”, alimentado por mexicanos emigrados na Europa que, para pôr fim à Guerra Civil Mexicana,

pretendiam estabelecer um regime monárquico. Napoleão III viu na Guerra de Secessão a oportunidade para realizar esse projeto que possibilitaria, além das vantagens econômicas, criar uma barreira na América Central ao expansionismo norte-americano da “doutrina Monroe”. O motivo para a intervenção veio quando Benito Juarez, presidente da República Mexicana, após ter sufocado toda a revolta desencadeada pelos latifundiários e pelo clero, tomou a decisão de suspender o pagamento das dívidas contraídas com a França e a Inglaterra. Diante disso, Napoleão III consegue o apoio da Inglaterra e da Espanha para sua empreitada, considerada por Marx “uma das mais aberrantes que está registrada nos anais da história internacional” (Idem: 108). Em 1861, uma expedição militar dos aliados invadiu o México, Juarez foi deposto e a República Mexicana destruída. A união das potências européias é rapidamente desfeita, restando somente a presença francesa. Napoleão III – com o apoio do clero e dos latifundiários mexicanos – cria um Império tendo à testa seu preposto, Maximiliano de Habsburgo, arquiduque austríaco. Quando a guerra norte-americana termina, os Estados Unidos exigem a retirada das tropas francesas, principal, sustentáculo de Maximiliano em sua luta contra os republicanos mexicanos. Após sucessivas derrotas e custos altíssimos – materiais e humanos – finalmente, em 1867, Napoleão ordena a retirada de suas tropas. O desgaste da aventura mexicana será determinante para a derrocada do Império bonapartista.

Em março de 1862, Marx interrompe sua contribuição no *NYDT*, mas não cessa sua crítica ao bonapartismo até a derrocada em 1870, como resultado da guerra franco-prussiana. Agora não mais pela pena do jornalista radical mas, a partir de 1864, pela pluma do militante político e membro do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que redige os dois *Manifestos sobre a guerra franco-prussiana* (1870) e sobre *A Guerra civil na França* (1871) onde a Comuna de Paris emerge com a “antítese do bonapartismo”.

#### Bibliografia:

- FEDOSSEIEV, P. N. *et al.* (1983). *Karl Marx – biografia*. Lisboa: Edições Avante/Edições Progresso.
- LESOURD, J.A. (1981). A França de 1848 a 1879. In: *História contemporânea*. São Paulo: Difel.
- MAGUIRE, M. (1984). *Marx y su teoria de la politica*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MARX, K. (1976). *Herr Vogt*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol 1.
- \_\_\_\_\_. (1980a). *O atentado à vida de Bonaparte*. In: Marx, K. e Engels, F. *Collected Works*, vol. 15.
- \_\_\_\_\_. (1980b). *A dominação dos pretorianos*. In: Marx, K. e Engels, F. *Collected Works*, vol. 15.
- \_\_\_\_\_. (1980c). *O Crédit Mobilier I*. In: Marx, K. e Engels, F. *Collected works*, vol. 15.

- \_\_\_\_\_. (1980d). *O Crédit Mobilier II*. In: Marx, K. e Engels, F. *Collected works*, vol. 15.
- \_\_\_\_\_. (1980e). *O Crédit Mobilier III*. In: Marx, K. e Engels, F. *Collected works*, vol.15.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1980). *Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, vol. 12.
- McLELLAN, D. (1990). *Karl Marx – vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes.
- PADOVER, S.K. (1985). *Karl Marx an intimate biography*. Canadá: Meridian Book New American Library.
- POTEMKIN et al. (1966). *Historia de la diplomacia*. México: Grijalbo, vol.1.
- RUBEL, M. (1960). *Karl Marx devant le bonapartisme*. Paris: Paris-La Haiye.
- \_\_\_\_\_. (1970). *Karl Marx – ensayo de biografia intelectual*. Buenos Aires: Paidós.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Crônica de Marx*. São Paulo: Ensaio.